

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v19i37.23902>

ONDE ESTÃO AS MULHERES? UMA ANÁLISE DA PRESENÇA FEMININA MEDIEVAL NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (SEXTO ANO) DA REDE MUNICIPAL DE PETROLINA/PE

Maristela Rodrigues Lima

Mestranda do PPGFPPI da Universidade de Pernambuco (UPE)/Campus Petrolina

E-mail: maristela.rodrigues@upe.br <https://orcid.org/0000-0002-4322-9740>**Luciano José Vianna**

Professor Associado/Livre Docente da Universidade de Pernambuco (UPE)/Campus Petrolina

E-mail: luciano.vianna@upe.br <https://orcid.org/0000-0001-7355-7609>

Resumo

O presente artigo resulta da análise do livro didático de História do sexto ano do Ensino Fundamental – Anos Finais – adotado pela rede municipal de ensino de Petrolina/PE, buscando compreender de que forma as mulheres foram inseridas no conteúdo referente à História Medieval. O objetivo central é examinar a abordagem das mulheres medievais nesse material, utilizado pela rede municipal de educação de Petrolina/PE no quadriênio 2024-2027. Como procedimento metodológico, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, além da proposta das três etapas de análise proporcionadas por Bardin. Como considerações finais, evidencia-se a permanência da marginalização das mulheres medievais nas narrativas do livro didático, mantendo-as como uma informação secundária ou periférica.

Palavras-chave: Livro didático; Mulheres; Medievalo.

WHERE ARE THE WOMEN? AN ANALYSIS OF THE MEDIEVAL FEMALE PRESENCE IN THE HISTORY TEXTBOOK (SIXTH GRADE) OF THE MUNICIPAL SCHOOL SYSTEM OF PETROLINA/PE

Abstract

This article results from the analysis of History textbooks for the 6th grades of Lower Secondary Education adopted by the municipal school network of Petrolina, Pernambuco. It seeks to understand how women were represented within the content related to Medieval History. The central objective is to examine the approach of medieval women in this material, used by the municipal education network of Petrolina/PE during the 2024–2027 period. As a methodological procedure, was carried out a *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 19, n. 37, jul. - dez. 2025* ISSN: 1982 -193X



bibliographical and documentary research, in addition to the proposal of the three analyses provided by Bardin. As a conclusion, becomes evident that the marginalization of medieval women persists in the narratives presented in the textbook, in which they remain portrayed as secondary or peripheral information.

Keywords: Textbook; Women; Medieval.

Processamento textual: Recebido em 2025-10-16 Revisado em 2025-11-17 Aprovado em 2025-01-12

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi alterada no dia 25 de setembro de 2024 através da lei nº 14.986, com a finalidade de

[...] incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País (Brasil, 2024).

Essa lei reforça a necessidade de apresentar, discutir e valorizar as mulheres na educação brasileira, dialogando com nosso estudo sobre a representação das mulheres medievais no livro didático. Analisar esse material é essencial para verificar sua contribuição frente às novas exigências legais. Contudo, é necessário esclarecer que a lei acima é posterior à edição do livro utilizado na análise.

Desse modo, a partir do livro didático de História adotado pela rede municipal de educação de Petrolina/PE para os anos 2024 a 2027, intitulado *Araribá Conecta*, da editora Moderna, buscamos analisar a perspectiva feminina no conteúdo de História Medieval do presente livro. A partir desse objetivo, apresenta-se a seguinte problemática: como a perspectiva feminina é apresentada no livro didático de História do sexto ano mais adotado pela rede municipal de Petrolina/PE?

Para a elaboração deste artigo, adotou-se a pesquisa bibliográfica, uma vez que o estudo se fundamenta em contribuições de outros pesquisadores da área. Conforme destaca Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido, é importante enfatizar, conforme Marconi e Lakatos (2017), que esse tipo de pesquisa não se limita à mera repetição de

conteúdos, mas possibilita novos olhares sobre temáticas já estudadas, resultando em novas interpretações e contribuições para o campo de investigação. Diante dessa perspectiva, foram utilizados como aporte bibliográfico os estudos de Díaz (2011), Pinheiro (2021), Lima (2021), Pereira (2017a; 2017b), Scott (1992), Klapisch-Zuber (1992), Pinsky (2010), Soihet (1997), Ferrari (2021), Limberger e Schwengber (2020) e Macedo (2007).

Além disso, o presente estudo também se caracteriza como uma pesquisa documental, pois analisou – enquanto documento – o livro didático de História do sexto ano adotado pela rede municipal de educação de Petrolina/PE, com o intuito de verificar como a perspectiva feminina medieval é apresentada neste recurso. Nesse sentido, compreende-se que “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2002, p. 45). Para tanto, a análise documental foi construída a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin, que se fundamenta em três partes essenciais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (Bardin, 1977, p. 95).

Na etapa da pré-análise, selecionou-se o livro didático utilizado na rede municipal de Petrolina/PE e definiram-se as referências bibliográficas sobre ensino de História Medieval, mulheres medievais e livro didático. Na etapa da exploração do material foram realizadas a leitura e a identificação das representações femininas presentes na obra, articulando-as ao debate acadêmico. Neste sentido, foram identificadas as presenças femininas no material para então proceder à análise de suas representações. Por fim, os dados foram tratados para compreender como as mulheres do período medieval são apresentadas e quais características lhes são atribuídas.

Neste sentido, este artigo se justifica pela necessidade de compreender a presença das mulheres no ensino de História Medieval, considerando como objeto o livro didático de História. Esse período histórico, frequentemente tratado de forma simplificada, carrega estereótipos derivados de uma historiografia tradicional. Dessa forma, desenvolver um estudo sobre a presença das mulheres medievais nos livros didáticos de História atuais significa compreender como os discursos tradicionais em relação à representação deste período histórico impactaram o modo como as mulheres foram representadas naquela sociedade, uma sociedade muitas vezes representada a partir de um olhar masculino (Klapisch-Zuber, 1992, p. 16). Além disso, este exercício de análise contribui para a desconstrução de narrativas carregadas de misoginia que

reforçam a hierarquização entre os sexos e perpetuam desigualdades em nossa sociedade. Assim, ao reconhecer a força desses discursos e sua permanência, os estudantes são instigados a refletir criticamente sobre as relações sociais nas quais estão envolvidos e a compreender-se como agentes sociais e históricos capazes de transformá-las.

Livro didático e o ensino de História: entre a História Maior e a História Menor

A prática pedagógica envolve diversos recursos para a condução das aulas, bem como diferentes metodologias para orientar o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, compreender o leque de opções pedagógicas disponíveis e utilizadas pelo professor permite tornar a sala de aula mais inclusiva e dinâmica, favorecendo a inserção de diferentes realidades nesse contexto.

Ao analisar as práticas pedagógicas e os recursos didáticos disponibilizados aos docentes, evidencia-se a importância do livro didático, material indissociável da educação básica brasileira, sendo, portanto, necessário questionar e compreender as formas e os meios de sua utilização pelos professores. Até mesmo porque, de acordo com Circe Maria Fernandes Bittencourt, o livro didático é considerado como um veículo “de valores, ideológicos ou culturais” (Bittencourt, 2004, p. 471).

Ao observar criticamente os conteúdos presentes no livro didático e as formas de valorização e subalternização de determinadas culturas, sociedades e realidades em detrimento de outras, reforça-se que o livro didático é um material construído a partir dos interesses de quem detém o poder na sociedade. Como observa Díaz (2011, p. 620): “[...] através dos livros didáticos os estudantes têm acesso seletivo ao conhecimento, a entendimentos e a determinados tipos de informação. Os livros didáticos condensam a cultura que é considerada digna de ser ensinada na escola.”

Buscando refletir sobre a utilização do livro didático pelos professores no ensino básico, é imprescindível destacar que ele constitui o principal material disponível nas escolas, sistematizando o ensino e sua operacionalização, além de atender ao currículo oficial, estabelecendo, assim, um elo entre o currículo planejado e o praticado (Díaz, 2011, p. 613). Nesse sentido, Pinheiro (2021, p. 22) ressalta a relevância desse material, destacando que, em algumas regiões do Brasil, ele é o único recurso disponível, o que leva o docente a estruturar

todo o contexto de ensino-aprendizagem a partir dele, desde a elaboração dos planos de aula até a execução do currículo real e das avaliações. Além disso, de acordo com Lima (2021, p. 228): “[...] o livro didático é depositário de um conteúdo educativo e tem o papel de transmitir aos jovens os saberes julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se”. A partir dessa perspectiva, é necessário analisar como o professor utiliza esse material no chão da sala.

Logo, torna-se necessária uma formação inicial e continuada que ofereça aos docentes espaços de compreensão e discussão sobre o livro didático, reconhecendo-o como um recurso parcial e limitado. Díaz (2011, p. 617) apresenta que apesar da importância dos livros didáticos na formação dos estudantes, as instituições de formação de pedagogos não oferecem preparo adequado para seu uso nem ferramentas de análise crítica para identificar conteúdos classistas, racistas ou sexistas. Diante disso, torna-se crucial que formadores de docentes promovam espaços de reflexão sobre o livro didático, estimulando o olhar consciente e crítico de professores e futuros professores.

Sob a perspectiva de questionar e compreender os discursos presentes e ausentes no livro didático, retomamos a análise do ensino de História nesse material, conduzindo-nos à abordagem da História Maior e Menor, proposta por Nilton Pereira (2017a, p. 104). Ao refletir sobre os conceitos de História Maior e História Menor, confrontamo-nos com a história eurocêntrica, branca e patriarcal, centrada nos grandes acontecimentos, em contraposição à micro-história, decolonial e de gênero. Trata-se, portanto, da história do dominante e do dominado, dos grandes eventos e personagens, muitas vezes em detrimento das complexas relações sociais. De acordo com Nilton Mullet Pereira, esta é a definição de História Maior:

Por ora, preciso afirmar que o que chamo de história maior consiste numa narrativa baseada na descrição de grandes arranjos estruturais e sistêmicos, que conduza constituição de esquemas explicativos de uma época e de um período determinado. Trata-se de uma narrativa estrutural, que recobre, em regra, tempos longos e descreve tempos contínuos e sequenciais, excluindo as discontinuidades e as diferentes alternativas que se apresentam a cada momento. A história maior é uma história sem corpo. Não é uma história do acontecimento nem das discontinuidades. Ela decorre de uma crença, notadamente eurocêntrica, de que um período, uma época, um momento histórico é comandado por uma lógica geral, por uma lei que determina a existência submissa dos acontecimentos a um modo único de organização. Ela tende, portanto, a descartar soluções alternativas, acontecimentos que se afastam da lógica geral e da lei de organização. (...). Desse modo, tem-se uma linha encadeada de fatos ou mesmo um processo que parece ter tido apenas as alternativas que aparecem com vencedoras na conjuntura estudada. É, portanto, uma história dos vencedores, 30 anos depois da crítica realizada a ela e da emergência da história dos vencidos (...). A história maior é sempre

contada como se fosse toda a História, pois lhe empresta uma lógica que permite ao estudante concluir que há identificação entre o passado e a História. Esta identificação esvazia a potencialidade do passado e limita o que dele se pode pensar ao que está escrito na forma de narrativa histórica, seja na sala de aula, seja no livro didático. Assim, tudo o que está fora dessa narrativa parece não ter história, nem passado, nem memória (Pereira, 2017a, p. 104-106).

A história descrita anteriormente permanece presente nos livros didáticos, caracterizando-se como uma história “sem corpo”. Ao nos debruçarmos sobre a História Maior, deixamos de fora os grupos não europeus, marginalizando a vida prática, os corpos, os vencidos e os movimentos sociais (Pereira, 2017a, p. 108). Nesse contexto, tudo o que não contempla os grandes acontecimentos e os homens neles envolvidos é relegado ao esquecimento e à subalternização: corpos, práticas sociais e cotidiano dos sujeitos. Diante disso, exige-se dos professores de História um olhar crítico, amplo e atento ao analisar o livro didático, reconhecendo seus percalços e transformando-o em fonte de questionamentos e investigação, tanto para si quanto para seus estudantes.

Ao adotar o livro como recurso didático, o professor possui em suas mãos o poder de limitar ou transcender o que nele está apresentado. Limita-se quando reduz suas aulas apenas a esse material; transcende quando o utiliza como instrumento de questionamento. Compreender como ele silencia grupos, culturas e regiões inteiras em detrimento de outras permite construir uma História Menor – a história dos poucos contemplados – que inclui corpos, experiências e vivências (Pereira, 2017a, p. 110). Segundo Nilton Mullet Pereira, a História Menor:

(...) é uma forma narrativa que se volta para histórias pouco contempladas no movimento longo e lógico das estruturas. É uma narrativa que, distante de realizar uma longa descrição de um período, se ocupa das formas de expressividade dos corpos. (...). O ator central dessa narrativa da história menor é o corpo. A escola está acostumada a uma narrativa sempre de homens e mulheres sem corpo, uma história de abstrações (o governo, o plano econômico, o Rei, a Rainha, o Conde, o Modo de Produção Feudal, o Capital), que, não discordamos, são necessários operadores de sentido da escrita da História. Porém, essa história maior, que localiza os sujeitos na estrutura, nas classes, nos homens governantes ou não, torna jovens, mulheres, negros e indígenas não sujeitos de História e de memória, afinal são os homens não comuns, excepcionais, com dons e poderes especiais, que movimentam a História e realizam as transformações. A história menor é a história da resistência, pois todo acontecimento é um ato de resistir, neste caso, ao discurso colonizador (Pereira, 2017a, p. 110).

Assim, reforça-se a necessidade de partir do pressuposto de que “[...] toda a história disposta nos livros didáticos não é simplesmente um resultado imparcial de um passado não problematizado” (Pereira, 2017b, p. 171). Diante disso, torna-se imprescindível adotar uma

perspectiva crítica ao utilizar o livro didático como recurso pedagógico, compreendendo o currículo que o fundamenta, bem como os interesses econômicos e políticos que influenciam as determinações curriculares e, conseqüentemente, os conteúdos ausentes nesse material.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível questionar o livro didático, compreendendo que ele não é um produto neutro ou imparcial, mas resultado dos interesses de quem estrutura os currículos educacionais. Assim, o professor de História assume a incumbência de orientar os estudantes a questionarem os veículos de conhecimento que fundamentam os discursos presentes nesse recurso, promovendo a formação de cidadãos críticos. Ao direcioná-los a compreender a persistência do silenciamento e da marginalização de determinadas temáticas em detrimento de outras, o docente propicia a reflexão e a reconstrução de significados para a sociedade, estimulando a crítica a uma História Maior e a utilização de uma História Menor.

Ensino de História das Mulheres no Ensino Básico Brasileiro

Compreender os caminhos para o reconhecimento das mulheres como sujeitos e objetos da História é fundamental para promover um ensino que valorize a participação e a contribuição feminina no desenvolvimento da sociedade. Sob esse enfoque, destaca-se o campo da História das Mulheres como um espaço legítimo de construção, análise e produção do saber histórico escolar.

Nesse contexto, é de suma importância apresentar o desenvolvimento do campo de estudo da História das Mulheres como espaço de construção histórica, a fim de conscientizar sobre a necessidade de incorporar essas discussões na educação básica brasileira. Acredita-se que, por meio da oferta de conteúdos, da problematização e da valorização de temáticas antes esquecidas, será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua condição biológica, racial, econômica ou regional.

Ao buscar compreender o lugar das mulheres como sujeitos históricos, deparamo-nos com as contribuições de Joan Scott (1992, p. 65-79), que evidencia a consolidação desse campo nas últimas décadas do século XX, assim como a complexidade envolvida em seu processo de escrita. Trata-se de uma narrativa não linear, que contempla a posição variável das mulheres, o movimento feminista e a disciplina de História. Desse modo, desenvolver a História das Mulheres não se resume a adicioná-las à narrativa histórica, pois ao provocar sua reescrita,

percebe-se que a história anterior a sua inclusão estava incompleta, e que o domínio dos historiadores sobre o passado é marcado por perspectivas parciais.

Outro aspecto relevante ao se dedicar a esse campo é que, no processo de reescrita da história, a História das Mulheres questiona o tempo histórico geral estabelecido, ao mesmo tempo em que evidencia a sobreposição entre a história do homem e da mulher, revelando hierarquias nos relatos históricos (Scott, 1992, p. 78). Portanto, pensar a história das mulheres implica pensar também na história dos homens, o que está alinhado à perspectiva de gênero. Ao visualizar o gênero como construção social, Klapisch-Zuber (1992, p. 16) enfatiza que, antes mesmo de as mulheres reconhecerem sua posição social, os homens já as interpretavam, impondo modelos e comportamentos a serem seguidos.

Ao construir uma narrativa que valorize a contribuição feminina na sociedade, Klapisch-Zuber (1992, p. 15) enfatiza que não se trata necessariamente de buscar novas fontes, nem de inverter uma problemática, mas de revisitar as fontes tradicionais, incorporando novos pontos de vista e perspectivas. Nesse contexto, é importante ressaltar a escassez de vestígios deixados pelas mulheres; em contrapartida, destaca-se o imaginário construído em torno delas, no qual os homens determinam quem são e o que devem fazer (Soihet, 1997). Daí, então, a necessidade de entender esse filtro masculino presente nas fontes documentais sobre as mulheres (Klapisch-Zuber, 1992, p. 16).

Desse modo, ao compreender as interações sociais entre o feminino e o masculino e suas repercussões no campo histórico, voltamo-nos para o estudo do ensino de História das Mulheres na educação básica brasileira. Nesse contexto, é fundamental destacar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta o ensino básico e serve de referência para a construção dos currículos que sistematizam o ensino. Evidencia-se a presença de discursos e relações de saber-poder contidos neste documento, determinando o que pode ou não ser ensinado e aprendido no ensino de História (Ferrari, 2021, p. 155), embora exista a possibilidade de elaborar, a partir de interpretações dos objetos de conhecimentos presentes nesta orientação curricular (assim como também presentes em documentos curriculares municipais e estaduais), distintas abordagens temáticas, inclusive decoloniais, e atualizadas no ensino de História, perspectiva defendida por Vianna em sua tese de livre-docência defendida em 2024 (Vianna, 2024, p. 81-117).

Desse modo, ao analisar a perspectiva de gênero na BNCC, Ferrari (2021, p. 163) percebe sua ausência nas prescrições de conteúdo, ao mesmo tempo em que nos leva a refletir que o ensino dessa temática não se limita às relações entre feminino e masculino no passado, mas também à forma como esse passado se renova e se projeta na atualidade, influenciando como pensamos e agimos.

Nesse cenário, Limberger e Schwengber (2020, p. 137) ressaltam: “Frequentemente, a história das mulheres não é concebida como temática relevante no ensino de História, sendo abordada de forma sucinta, reforçando estereótipos ligados ao matrimônio e à subserviência a figuras masculinas, ou até mesmo ausente no material didático”. Em contrapartida, mantém-se um ensino de História eurocêntrico, homogeneizador, centrado nos grandes acontecimentos e nos homens, sem dar espaço às micro-histórias que permeiam a sociedade, nem às presenças marginalizadas e às vozes silenciadas.

Pinsky (2010, p. 32-33) orienta que o ensino de História deve capacitar os estudantes a compreenderem as complexidades que envolvem as relações sociais. Para isso, é essencial analisar o ser homem e o ser mulher, compreender os papéis a eles atribuídos e observar suas permanências, rupturas e transformações ao longo do tempo. É a partir dessa análise que os estudantes podem questionar as verdades absolutas e definitivas relacionadas ao gênero. Nessa mesma perspectiva, Scott (1992, p. 77) ressalta: “Reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou, pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado”.

É atribuído ao ensino de História a responsabilidade em desenvolver, nos estudantes, a compreensão dos acontecimentos históricos e de suas nuances, principalmente no sentido de construção de uma consciência histórica (Cerri, 2011), possibilitando o entendimento das relações sociais e de poder que envolvem as populações – relações que, ao longo do tempo, resultaram na sobreposição de uma cultura sobre a outra, de um gênero sobre o outro –. Cabe ao ensino de História promover a desconstrução dessas percepções por meio da decolonização das narrativas atuais, questionando os mecanismos de poder que sustentaram tais interpretações e, conseqüentemente, inserindo na história grupos inteiros que foram marginalizados pela cor da pele, pela posição socioeconômica, pela região geográfica e, no presente caso, pelo gênero. Portanto, é importante a afirmação de Selva Guimarães e Marcos Silva (2012, p. 45):

O professor, nesse contexto multicultural, ‘deve’ estar além dos territórios e dos limites que o saber especializado representa no contexto da escola. Assim, ‘deve’ ter a capacidade de interdisciplinarizar, de integrar, de incluir em contextos específicos os sujeitos e os saberes dos excluídos: negros, índios, pobres, homossexuais, portadores de deficiências físicas, mentais e outros.

Nesse sentido, compreendemos como imprescindível um ensino de História voltado para a contribuição feminina, pois manter o silenciamento das mulheres significa reforçar a permanência de uma sociedade patriarcal e misógina negando-lhes direitos plenos. Desse modo, o ensino básico, enquanto espaço de formação cidadã, assume papel fundamental ao promover um ensino pautado nas conquistas, ações e participações femininas na História, valorizando seus discursos e retirando deles o filtro masculino que historicamente as subjugou. Somente a partir dessa perspectiva é possível avançar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária a partir de uma formação cidadã inclusiva em termos sociais (Vianna, 2022, p. 81-93).

Onde estão as mulheres? Mulheres medievais e o livro didático

Antes de apresentarmos nossas considerações acerca da presença das mulheres medievais no livro didático analisado, faz-se necessário um importante esclarecimento: “A Idade Média ensinada na escola, todavia, não é a Idade Média dos pesquisadores” (Macedo, 2007, p. 112). Dessa forma, ressaltamos que o discurso amplo e diverso existente nos espaços acadêmicos sobre as contribuições das mulheres nas mais diversas esferas da sociedade medieval não encontra plena correspondência no contexto do ensino básico, especialmente no que se refere à abordagem presente nos livros didáticos de História.

Neste sentido, Lima (2021) evidencia que, ao longo de suas análises, as mulheres são apresentadas de forma esporádica nos livros didáticos, sendo frequentemente relegadas a itens separados ou boxes explicativos. Nessa abordagem, no conteúdo de História Medieval, destacam-se apenas figuras consideradas “grandes mulheres”, como Christine de Pizan (1364-1431) e Joana D’Arc (1412-1431), mas sem uma proposta que permita compreender suas contribuições de maneira mais ampla e integrada ao contexto histórico. Pereira (2017b) critica a perspectiva de uma história total, lembrando que o livro didático supõe narrar a história de todo o passado. No entanto, a História é uma arte de recortes, e é preciso conscientizar que o que chega aos estudantes do ensino básico resulta de seleções e reformulações feitas para atender às demandas e objetivos dos currículos oficiais.

Ao abordar o ensino de História Medieval, Macedo (2007, p. 118) orienta que esse vá além da escrita, considerando que a maior parte da sociedade medieval era analfabeta e, portanto, a imagem e a oralidade desempenham papel central nesse contexto. Sob essa perspectiva, o professor detém o poder de transcender as narrativas históricas tradicionais, utilizando diferentes fontes para trabalhar o Medievo no âmbito do ensino, como, por exemplo, a iconografia (Macedo, 2007). A própria BNCC destaca a importância de se trabalhar com uma diversidade de fontes históricas, como observamos no fragmento abaixo:

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história (BNCC, 2018, p. 398).

Diante disso, tratamos de analisar o livro didático de História adotado na rede municipal de Petrolina/PE para os estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental (Anos Finais), intitulado *Araribá Conecta*. Para isso, utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 1977). Selecionou-se o livro didático de História adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Petrolina/PE e identificaram-se as seções sobre o período medieval e as referências às mulheres. Em seguida, o material foi lido e analisado.

Para a presente análise, foi trabalhado o livro do sexto ano – manual do professor. Esse material está organizado em 8 unidades e 19 capítulos, dos quais apenas 4 capítulos (16, 17, 18 e 19) tratam do período medieval, localizados entre as páginas 182 e 235. Os capítulos estão estruturados de forma padronizada, com um texto central subdividido em tópicos, acompanhado de imagens (iluminuras, manuscritos, mosaicos, fotografias, pinturas, entre outros), mapas, boxes explicativos ou com informações adicionais, glossário de palavras/termos presentes no texto e links para museus, revistas, entrevistas e livros. O livro didático aborda o Medievo nas unidades VII e VIII, correspondendo aos capítulos 16 ao 19, respectivamente. A unidade VII trata da invasão germânica e do enfraquecimento do Império Carolíngio (capítulo 16, p. 184-191), assim como do Islamismo e do Império Muçulmano (capítulo 17, p. 192-205). Já a unidade VIII apresenta a perspectiva feudal (capítulo 18, p. 208-217) e se estende até a Baixa Idade Média (capítulo 19, p. 218-235).

No capítulo 16 do livro em nenhum momento voltou-se para as participações femininas nos primeiros séculos do Medievo, sendo esse tema citado apenas no próximo capítulo (capítulo 17), onde Khadija, esposa de Maomé, é citada no texto complementar (p. 195) e um pouco mais a frente (p. 202), na qual há uma página adicional intitulada “Lugar e Cultura” que aborda “A mulher no Islã”. Esta última página (p. 202) apresenta uma síntese sobre as mulheres no mundo muçulmano, citando personagens como “Rufaida Al-Aslamia, a primeira médica muçulmana”, “Fátima Al-Fihri” e sua irmã “Mariam” que fundaram a Universidade de Al-Karaouine”, uma das mais antigas do mundo. Nesta mesma página ainda são apresentadas informações sobre os direitos das mulheres atuais no mundo muçulmano, além de uma imagem, que mostra três mulheres indianas contemporâneas segurando placas que reivindicam tanto a igualdade de cidadania quanto o fim da perseguição religiosa. Um pouco adiante, na seção “Ser no mundo” (p. 204-205), há uma exposição sobre as conquistas contemporâneas das mulheres muçulmanas, destacando sua entrada em espaços antes exclusivos dos homens.

No capítulo 18, que aborda o Feudalismo, há uma iluminura que apresenta uma mulher jogando xadrez (p. 213). Porém, de forma geral, há somente uma página com mais informações dedicadas às mulheres, reservando espaço para discutir as suas condições, basicamente em três momentos (p. 215). No texto intitulado “As mulheres no mundo feudal”, é destacada a característica patriarcal do Medievo e a contribuição da Igreja Católica para a subalternização feminina. Em contrapartida, ressalta-se o esforço dos historiadores em evidenciar a importância da atuação das mulheres medievais. Ainda neste mesmo texto, as mulheres são divididas entre nobres e não nobres, com destaque para suas funções nos espaços em que estavam inseridas, especialmente no contexto de seus ofícios. Para ampliar a percepção sobre as mulheres que realizavam atividades manuais, é apresentada uma iluminura com três mulheres tecendo, a qual está presente em um texto de Giovanni Boccaccio, *De claris mulieribus*. Ao lado deste texto principal, há um box intitulado *Vozes femininas*, evidenciando o pouco acesso das mulheres à leitura e à escrita, destacando Maria de França (século XII). Ao longo da página que aborda de forma concisa o feminino no período feudal, observa-se a ausência de problematização sobre a constituição desta sociedade. O material não analisa como se estruturavam as relações sociais nem como era a experiência de ser mulher. Deve-se destacar, por fim, as informações encontradas no “Texto complementar” (Antonelli, 2022, p. 215) presente no manual do professor, que se refere a um fragmento de um artigo de Christiane Klapisch-Zuber intitulado “Masculino/Feminino”, presente no *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, no qual

encontram-se informações sobre as dificuldades em se realizar uma análise histórica sobre as mulheres no Medievo.

Para finalizar, no capítulo subsequente (19) dedicado à Baixa Idade Média, observa-se a ausência de referências às mulheres no livro do sexto ano, com a exceção de um afresco de Domenico di Bartolo, de 1443, onde uma mulher aparece (p. 228), e uma breve menção a Joana d'Arc em um fragmento sobre a Guerra dos Cem Anos (p. 230). Em termos historiográficos, considera-se que a Baixa Idade Média é um dos períodos do Medievo onde a produção escrita feminina mais se manifestou; porém, observamos que ainda não há um reflexo desta produção no manual analisado.

No percurso analítico do livro didático ofertado na rede municipal de educação de Petrolina/PE, surge a pergunta: onde estão as mulheres? Elas aparecem de forma concisa e esporádica, sem aprofundamento ou orientação. Em relação ao período medieval, neste caso, elas se destacam somente em alguns momentos específicos desta temporalidade, não abarcando boa parte do período histórico trabalhado, contrastando, portanto, com as possibilidades de abordagem que já foram realizadas em termos acadêmicos. Essa configuração contribui para uma formação discente pautada em uma concepção histórica de maioria masculina, eurocêntrica e tradicional, ignorando o contexto feminino e as suas contribuições. É necessário destacar que esta forma de divisão tradicional da História em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, ou seja, as chamadas barreiras didáticas (Vianna, 2017), refere-se a uma elaboração europeia – pelo menos em relação às três primeiras –, e justamente em um contexto histórico (Renascimento) de apagamento feminino da escrita da História Medieval (Brochado, 2018, p. 15-16).

Considerações finais

Diante do exposto, compreende-se o livro didático como um recurso de grande importância no contexto da educação básica brasileira. No entanto, o ensino não pode se limitar a ele, devendo ser considerado como um instrumento de orientação, e não como fonte exclusiva de conhecimento para os estudantes. Nesse sentido, cabe ao professor analisar os discursos de poder implícitos nesse recurso e reconhecer que ele constitui apenas um recorte dos saberes disponibilizados à sociedade.

A partir dessa consciência docente sobre o livro didático, torna-se fundamental ressaltar a importância de um ensino de História que possa incorporar diversas fontes históricas e, assim,

possibilitar aulas enriquecedoras, dialógicas e analíticas. A exploração dos diferentes vestígios deixados pelos antepassados permite novas formas de construir a narrativa histórica e, conseqüentemente, de compreender as relações humanas ao longo do tempo. Essa abordagem é reforçada pela BNCC, que enfatiza a utilização de fontes e documentos variados no ensino de História (2018, p. 398). Ademais, é necessário destacar também a utilização de materiais que possam contornar as ausências femininas, como, por exemplo, a obra *As super garotas medievais*, publicada a partir de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (Oliveira; Vianna, 2024).

Destaca-se que a História das Mulheres no Medievo é uma área consolidada no meio acadêmico, mas ainda distante dos livros didáticos de História. Pouco ou nada é apresentado sobre a atuação feminina ao longo da história e, quando mencionadas, aparecem apenas nomes de grande destaque, sem contextualização e problematização, encerrando rapidamente a discussão sobre as mulheres. A ausência das mulheres no conteúdo histórico é evidente na análise do livro didático analisado. A temática feminina aparece em segundo plano, geralmente ao final dos capítulos, como complemento ao período estudado.

Ao excluir ou atribuir pouca relevância às mulheres nos livros didáticos de História, perpetua-se uma formação cidadã que não reconhece as mulheres como agentes sociais e históricos, contribuindo para a manutenção de desigualdades e de discursos que subalternizam suas contribuições no passado e no presente, uma vez que não estimula o estudante a refletir criticamente sobre o papel feminino na formação histórica e social.

Referências

Fonte

ANTONELLI, Maria Clara (ed.) **Araribá Conecta História**: 6º ano. São Paulo: Moderna, 2022. Disponível em: <https://pnld2026.moderna.com.br/wp-content/uploads/2025/08/EDIT-Arariba-Conecta-Historia-6-ano.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

Bibliografia

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3. p.471-473, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/5F3qZ8T4ttSXqkpC9bYyPLb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. LEI Nº 14.986, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14986-25-setembro-2024-796400-publicacaooriginal-173212-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 17 set. 2024.

BROCHADO, Claudia. Prefácio. In: TRÓTULA DI RUGGIERO. **Sobre as doenças das mulheres**. Organização: Karine Simoni & Luciana Calado Deplagne. Tradução: Alder Ferreira Calado & Karine Simoni. Tubarão: Copiart; [Florianópolis]: UFSC/DLLE/PGET, 2018, p. 15-17.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

DÍAZ, Omar Rolando Turra. A atualidade do livro didático como recurso curricular. Tradução de Maria Susley Pereira. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 609-624, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3832/3503>. Acesso em: 2 de abr. 2025.

FERRARI, Anderson. As relações de gênero de História: da ausência à resistência. **História, histórias**, volume 9, n. 17, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/33344>. Acesso em: 7 de marc. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos. **Ensinar História no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas: Papyrus, 2012.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 9-23.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. O novo já nasce velho: a Idade Média pós-BNCC e a questão da mulher medieval nos livros didáticos de História do Guia PNLD-2020. **Brathair**, v. 1, n. 21, 2021, p. 227-255. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/2465>. Acesso em: 7 de mar. 2025.

LIMBERGER, Rafaela; SCHWENGBER, Gabriela. História medieval nos livros didáticos pelas “lentes” da História das mulheres e dos estudos de gênero—notas iniciais de pesquisa. **Form@ção de Professores em Revista-Faccat**, v. 1, n. 1, p. 132-146, 2020. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/formacao/article/view/1717> . Acesso em: 7 de mar. 2025.

MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 109-125.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo : Atlas, 2017. Disponível em: <https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-www.meulivro.biz.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 229-246, jul. 2015.

OLIVEIRA, Joelândia Nunes Ulisses de; VIANNA, Luciano J. **As super garotas medievais**. Belém: RFB Editora, 2024.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História e resistência: notas sobre uma história menor. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 5, n.10, jan-abr, 2017a. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187298>. Acesso em: 2 de abr. 2025.

PEREIRA, Nilton Mullet. A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de História. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luis;

MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Livros didáticos de história:** entre políticas e narrativas. p. 169-184. [S.l.]: FGV Editora, 2017b.

PINHEIRO, Mirtes Emília. Desafios e perspectivas: o enfoque sobre o feminino medieval no ensino fundamental. In: VIANNA, Luciano José (org.). **A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica no século XXI.** Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021. p. 19-50. *E-book*. Disponível em: <<https://historiapublica.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2021/08/ebook-ahistoriamedievalentreaformacao-180821.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: **Novos temas na aula de História.** PINSKY, Carla Bassanezi (org). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 29-54.

PIZAN, Christine. **A Cidade das Damas.** Tradução de Luciana Eleonora Calado Deplagne. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012. 352p.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.

SILVEIRA, Marta de Carvalho. A representação da mulher medieval nos livros didáticos: uma visão comparativa. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 80-107, 2017.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História:** Ensaios de Teoria e Metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

VIANNA, Luciano J. Desafios e perspectivas sobre a História das Mulheres no Medievo na formação de professores na contemporaneidade: história, cidadania e questões sociais. In: **Experiências formativas em educação, saúde e ambiente na pós-graduação:** desafios, conquistas e perspectivas. 1ed.Bauru: Editora Ibero-Americana de Educação, 2022, v. 1, p. 81-93.

VIANNA, Luciano J. Do presente para o passado: uma reflexão sobre o Ensino de História Medieval na contemporaneidade. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 8, p. 16-31, 2017.

VIANNA, Luciano J. **O Medievalo entre os documentos da formação inicial docente e do cenário escolar no município de Petrolina (Pernambuco)**: possibilidades de um ensino de História Medieval decolonial (Península Ibérica, História das Mulheres, História da África). 2024. 167 f. Tese (Livre-Docência) - Universidade de Pernambuco: Petrolina, 2024.